



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
MEIO NORTE	09/07/2010	B/2	CAMPUS Col. Minuta

SEM RECESSO

● O presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, desembargador Edvaldo Moura, envia edictado ofício à coluna para informar que o Poder Judiciário Piauiense não vai entrar de recesso neste mês e continuará com seus serviços em plena normalidade. De acordo com o desembargador, o recesso no TJ só se dará entre os dias 20 de dezembro e 6 de janeiro, conforme prevê lei federal.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO


JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
MEIO NORTE	09/07/2010	B/8	THERESINA

→ **Separação**

Pai que tentar influenciar filho pode perder guarda

CAROLINA DURÃES

EDITORIA THERESINA

 Síndrome da Alienação Parental. O termo não é muito conhecido, mas faz parte do dia a dia de pelo menos 40% dos filhos de pais separados. Na prática, consiste no ato de condicionar uma criança ou adolescente a formar sentimentos ou comportamento diferentes do que havia antes contra o outro genitor com o propósito de desfazer o vínculo parental. Ou seja: jogar os filhos contra o ex-cônjuge.

Esse tipo de conduta, mais presente entre as mulheres, está na mira da Justiça. Uma lei aprovada no Senado tenta colocar um ponto final nesses problemas familiares, que além de causar constrangimento aos filhos, pode chegar ao caso extremo de uma patologia. Pe-

lo texto do Projeto de Lei, o pai ou a mãe que tentar influenciar o filho poderá ser punido com multa ou até mesmo a perda da guarda da criança.

O projeto de lei se estende ainda a qualquer pessoa que adote esse tipo de comportamento e que tenha a guarda das crianças, como os avós.

De acordo com o advogado Josino Ribeiro, é bastante comum esse tipo de comportamento entre pais separados.

O advogado explica, ainda, que já é possível decretar a perda da guarda do filho para o pai ou mãe que esteja utilizando a criança como um instrumento de vingança contra o ex-cônjuge. "No entanto, é uma questão muito delicada, principalmente porque envolve situações subjetivas. É difícil reunir provas e a pessoa acusada sempre nega", diz.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	09/07/2010	02	DIA A DIA

Vara da Infância e da Adolescência acumula cerca de 3 mil processos

Presente na solenidade de assinatura da ordem de serviço do novo abrigo de Teresina, Maria Luíza de Moura, juíza da Vara da Infância e da Adolescência, confirmou a existência de aproximadamente três mil processos recebidos pelo órgão, dos quais a maioria trata-se de casos de adoção, guarda e tutela de crianças. “É muito triste reconhecer que muitas famílias nos procuram com problemas, mas não temos como resolver o impasse por não ter para onde encaminhar as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade”, aponta a juíza ao falar sobre a existência de poucos abrigos no Piauí.

A juíza da Vara da Infância alega que a maioria deles são moradias “ineficientes, abrigando uma quantidade exagerada de crianças. Situação esta que é confirmada por Francimélia Nogueira, assistente social e presidente da ONG CRIA, que trabalha com crianças desabrigadas. Segundo ela, em recente pes-



JUSTIÇA Maria Luíza Freitas lamenta a existência de poucos abrigos no Piauí

quisa feita pela organização não-governamental, foram encontradas grandes disparidades, como a existência de 20 crianças por quarto, sendo que a maioria delas reside em

média cinco anos neste tipo de abrigo.

“O ideal seria que esses locais fossem pequenas casas acolhedoras, proporcionando às crianças uma sensação mais

verdadeira de família. Foi que da maneira que está sendo feita a organização destas casas jovens de idades diferentes trocam experiências inadequadas”, avalia Francimélia.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
O DIA	09/07/2010	02	DIA A DIA

Atraso na adoção se dá por falta de equipe técnica

Demorando, em média dois anos, o processo de adoção de crianças no Estado é um procedimento bastante complicado para quem deseja incorporar um novo membro à família. Dificuldade burocrática para os futuros pais no preenchimento dos requisitos básicos, decepção para aqueles que estão à espera de novos pais. Segundo Francimélia Nogueira, presidente da ONG

CRIA, a falta de uma equipe técnica e operacional suficiente para dar andamento aos processos impede que muitas crianças consigam um novo lar.

“Além da demora nas análises feitas pela Justiça, soma-se o desejo de muitas pessoas em querer somente crianças brancas, recém-nascidas, saudáveis e do sexo feminino”, alega Francimélia. Porém,

mesmo os candidatos que optam por crianças negras ou de idade mais avançada, ainda sim não conseguem satisfazer o desejo de adotar uma criança tão facilmente. “A realidade é que não existem profissionais suficientes para diagnosticar o parecer necessário que os juízes exigem, atrasando o processo”, completa.

Para Maria Lúiza de Moura, juíza da Vara da

Infância e da Adolescência, a situação apresenta-se um pouco diferente. De acordo com ela, a demora na realização das adoções se deve ao não preenchimento dos requisitos exigidos pela Justiça. “Claro que a equipe operacional poderia ser maior, mas cada caso tem de ser analisado em separado”, esclarece.

(Thamirys Viana e Natacha Maranhão)

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
PORTAL MEIO NORTE	09/07/2010		EFREN RIBEIRO

. Cico prende acusados de esquema de fraude contra DPVAT e INSS

O coordenador da Comissão investigadora do Crime Organizado (Cico), delegado Carlos César Camelo, informou que os agentes da instituição prenderam na manhã desta quinta-feira, o escrivão da delegacia de Buriti dos Lopes, o policial militar Rogério Nunes de Castro e sua mulher Andréia Lorena Carvalho Nunes Costa, em Parnaíba.

Eles são acusados de participarem de um esquema de fraude contra o DPVAT (Seguro Obrigatório para Acidentes com Veículos Automotivos em Via Terrestre), liderado pelo ex-presidente da seccional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) em Parnaíba – 364 Km de Teresina, Feminiano Araújo Machado.

O delegado Carlos Camelo diz que o juiz de Parnaíba, Reginaldo Alencar, decretou também a prisão da companheira de Feminiano Machado, Maria Márcia Vieira; do corretor do DPVAT, Luís Gaspar e da irmã do advogado, Fariana Araújo Machado. Segundo ele, todos participaram de uma grande fraude do DPVAT, INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) e FGTS (Funfo de Garantia por Tempo de Serviço). A Polícia Federal também participou da operação, porque existe fraude contra o INSS.

Carlos Camelo disse ainda que as prisões foram determinadas pela justiça, porque o grupo, acusado também de formação de quadrilha, aplicou pelo menos 18 fraudes com DPVAT, INSS, usando nome de pessoas que morriam de causa natural, acidente doméstico e em mortes por acidente de trânsito, o que permite a cobrança do seguro. Os acusados, durante a fraude, utilizavam documentos da delegacia da Polícia Civil de Buriti dos Lopes.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

JORNAL	DATA	PÁGINA	EDITORIA
PORTAL MEIO NORTE	09/07/2010		BLOG BARRAS

Pedófilos de Barras estão soltos novamente

Genésio do Carmo e Jamaica, os dois únicos pedófilos que foram presos em Barras a denúncia do Ministério Público já estão soltos. O nome deles constavam entre os outros detentos que foram beneficiados pelo Mutirão Carcerário do Conselho Nacional de Justiça. “Agora eles estão livres e podem praticar outros crimes”, disse a promotora Maria do Amparo de Sousa. Os pedófilos estavam presos na penitenciária de Esperantina. Mais de vinte denúncias sobre pedofilia estão sendo investigadas pelo MP, mas a soltura desses bandidos, considerados de alta periculosidade pela promotora, pode desestimular as investigações. Os processos dos dois excederam o prazo de julgamento e essa foi a brecha utilizada pelo CNJ para libertar os pedófilos.

RELEMBRE A MATÉRIA

A promotora de Barras está preocupada com os índices de pedofilia no município. Maria do Amparo Sousa não diz o número exato, mas informa que mais de 20 crianças no município foram abusadas sexualmente entre meninos e meninas.

Maria do Amparo citou o caso de uma criança de 12 anos que engravidou após ser violentada. “Ela teve que ser submetida a um parto cesariano porque não tinha estrutura física para ter um parto normal.

Segundo ela, os agressores são políticos, empresários, profissionais liberais, cabeleireiros, entre outras profissões.

Este número ainda pode ser maior quando se leva em conta o sub-registro. Ou seja, as famílias que por medo, vergonha ou ignorância não denunciam os pedófilos.

“É bom que essa discussão venha à tona, principalmente porque estamos na semana do 18 de maio, que é a data da luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes”, lembra a promotora.

Um comerciante já está preso na delegacia de Barras. Ele se chama Genésio do Carmo e era proprietário de um trailer onde vendia petiscos e bombons. Genésio foi acusado de assediar duas meninas e foi constatado o estupro e atos libidinosos.

A promotora Maria do Amparo de Sousa citou também outro caso que está sendo investigado. Um cabeleireiro que estaria aliciando adolescentes com cervejas, dinheiro e até emprestando uma motocicleta em troca de favores sexuais.

“Há suspeita de que são pelo menos quatro adolescentes do sexo masculino aliciados por ele. Mas o inquérito já foi aberto e a polícia está investigando”, declarou Maria do Amparo Sousa.

A promotora disse que quer envolver a sociedade nesta discussão e lamentou a ausência de autoridades políticas e administrativas em um evento organizado pelo Ministério Público para lembrar a data em Barras. “Para se ter uma idéia, nenhum vereador se fez presente”.